SUGESTÃO DE PROPOSTA PARA ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

OAB/RJ X SINSAFISPRO – 2019/2020

01 – DATA BASE

Fica reconhecida e garantida como data-base da categoria a data de 1º de maio.

02 – REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados da OAB-RJ vigentes em 30 de abril de 2019, serão reajustados, a partir de 01 de julho de 2019, em 6,84% (seis vírgula oitenta e quatro por cento).

Parágrafo único – A OAB-RJ fica expressamente autorizada a compensar todas as antecipações salariais concedidas no período de 1º de 30 de abril de 2019 até a data da assinatura do presente acordo coletivo de trabalho.

03 – PISO SALARIAL

A OAB-RJ reajustará, a partir de 01 de julho de 2019, em 6,84% (seis vírgula oitenta e quatro por cento) todos os pisos salariais praticados considerando o valor proporcional dos salários para as correspondentes jornadas de 8 (oito) e 6 (seis) horas de trabalho.

04 - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

A OAB-RJ efetuará o pagamento dos salários dos seus empregados até o 3º dia útil do mês subsequente ao mês do salário devido.

05 - HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias trabalhadas deverão ser pagas de acordo com a legislação vigente, vedado qualquer tratamento diferenciado.

Parágrafo 1º - As horas extraordinárias serão calculadas com base no valor do salário da folha de pagamento em que estiverem sido prestadas.

Parágrafo 2º - Não estão sujeitos ao pagamento de quaisquer horas extraordinárias, conforme previsto nesta acordo coletivo de trabalho, os empregados da OAB-RJ que não são abrangidos pelo Capítulo II, Seção II, da CLT (Jornada de Trabalho), especialmente aqueles que não estão sujeitos ao regime de controle de horário ou aqueles que exercem atividades incompatíveis com a fixação de horário de trabalho.

Parágrafo 3º - Para efeito do disposto no art. 59, § 2º, da CLT, as Partes ajustam neste acordo coletivo de trabalho que a compensação de horas extras trabalhadas poderão diminuídas em outro dia útil, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, a soma das jornadas semanais de trabalho, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

Parágrafo 4º - Fica estabelecido, para efeito do disposto no art. 59, § 6º, da CLT que os empregados da OAB-RJ poderão compensar a jornada de trabalho extraordinário, no

mesmo mês em que essas horas forem realizadas, de maneira individual e especial ajustando diretamente com o RH da OAB-RJ e mediante expressa autorização deste setor, independentemente do ajustado no parágrafo anterior desta cláusula.

Parágrafo 5º - Qualquer compensação de jornada de trabalho extraordinário referida nesta cláusula, não obrigará o acréscimo de salário ou pagamento de adicional ao empregado da OAB-RJ.

Parágrafo 6º - Os empregados da OAB-RJ deverão realizar trabalho extraordinário desde que estejam devidamente autorizadas pelas respectivas chefias/gerências dos respectivos setores/seções da OAB-RJ.

Parágrafo 7º - A OAB-RJ concederá 1 (um) Vale Refeição para todos os empregados que prorrogarem a sua jornada diária em duas horas, desde que essas horas tenham sido realizadas ao final de sua jornada normal e estejam devidamente autorizadas pelas respectivas chefias/gerências dos respectivos setores/seções

06 - VALE-ALIMENTAÇÃO

A OAB-RJ concederá, para efeito do trabalho de todos os seus empregados que prestem serviços em 40 horas semanais, sem ônus para os mesmos, vale alimentação mensal no valor de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais).

Parágrafo 1º - O vale alimentação previsto nesta cláusula, mesmo sendo concedido para o trabalho, será garantido ao empregado afastado por motivo de doença ou acidente de trabalho, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da concessão do benefício.

Parágrafo 2º - As partes acordantes reconhecem que o vale alimentação não possui natureza salarial, não integrando o salário do empregado para quaisquer fins.

Parágrafo 3º - As partes ajustam que, em nenhuma hipótese ou a que pretexto, será realizado o pagamento do vale alimentação em dinheiro, bem como não se constituirá na base de incidência de qualquer encargo trabalhista, fiscal e previdenciário.

07 - VALE- REFEIÇÃO

A OAB-RJ concederá, a todos os seus empregados que trabalhem 40 horas semanais, sem ônus para os mesmos, vale refeição no valor de R\$ 15,00 (quinze reais), pelos dias efetivamente trabalhados, não sendo mais devidos na ocorrência de qualquer motivo de afastamento do emprego ou paralisação do trabalho, inclusive férias, licenças médicas ou qualquer ausência ao trabalho, benefício previdenciário ou não represente a falta de trabalho do empregado.

Parágrafo 1º - O vale refeição previsto nesta cláusula, é concedido para o trabalho empregado da OAB-RJ, não sendo devido ao empregado afastado por qualquer motivo, inclusive para gozo de férias, por motivo de doença, acidente de trabalho ou qualquer licença.

Parágrafo 2º - As partes acordantes reconhecem que o vale refeição não possui natureza salarial, não integrando o salário do empregado para quaisquer fins.

Parágrafo 3º - As partes ajustam que, em nenhuma hipótese ou a que pretexto, será realizado o pagamento do vale refeição em dinheiro, bem como não se constituirá na base de incidência de qualquer encargo trabalhista, fiscal e previdenciário.

08 – CESTA NATALINA

A OAB-RJ fornecerá sem ônus, a todos os seus servidores cesta natalina no valor de R\$ 181,62 (cento e oitenta e um Reais e sessenta e dois centavos).

09- SEGURO DE VIDA EM GRUPO

A OAB-RJ concederá a todos os empregado, seguro de vida em grupo.

10 - ASSISTÊNCIA MÉDICA

A OAB-RJ concederá um Plano de Assistência Médica oferecido exclusivamente aos seus empregados com contratos de trabalho vigentes, com custeio de 1/3 do mesmo.

Parágrafo 1º - Os empregados que receberem qualquer benefício previdenciário, especialmente do INSS e enquanto durar tal concessão, não terão acesso ao plano de assistência médica (Plano de Saúde) concedido pela OAB-RJ.

Parágrafo 2º - Ficam excluídas todas as vantagens e condições anteriormente concedidas pela OAB-RJ aos dependentes de seus empregados.

11 – AUXÍLIO PREVIDÊNCIA

A OAB-RJ concederá ao empregado que for licenciado pelo INSS, até o limite máximo de 180 (cento e oitenta) dias, um auxílio correspondente a diferença entre o salário fixo que perceberia em atividade e o valor que passou a perceber em razão de seu licenciamento. O auxílio será de 100% (cem por cento) da referida diferença quando o licenciamento decorrer de acidente de trabalho, ou doença profissional.

Parágrafo único - O disposto nesta cláusula não se aplica aos empregados que já percebam o benefício através de previdência privada ou de qualquer outro.

12 – LICENÇA MATERNIDADE /ADOÇÃO/ GUARDA JUDICIAL

A OAB-RJ garantirá licença de 180 (cento e oitenta) dias às empregadas que entrarem em licença adoção, guarda judicial ou maternidade e a redução em duas horas da jornada de trabalho, a contar do retorno da licença-maternidade, até que seu filho complete 12 (doze) meses, a fim de permitir o aleitamento materno ou em situação que exija o acompanhamento da saúde do filho, vedada a participação em atividades laborais após o horário de trabalho, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo 1º - A OAB-RJ garantirá às empregadas licença adoção ou guarda judicial, obedecendo o previsto no art. 93-A, do Decreto 3048/1999, sem prejuízo da remuneração e dos benefícios.

Parágrafo 2º - Além da licença, a OAB-RJ permitirá o período de férias após a licença, quando solicitado pela empregada.

13 - LIBERAÇÃO DE ANIVERSÁRIO

A OAB-RJ concederá a licença de 01 (um) dia aos seus servidores, estagiários e aprendizes sem prejuízo dos demais benefícios, sempre no mês de aniversário.

14 - LICENÇA POR ÓBITO

A OAB-RJ concederá licença de 07 (sete) dias corridos por falecimento do cônjuge, companheiro (a), ascendentes, descendentes diretos e irmãos de seus empregados, mediante a apresentação da certidão de óbito.

Parágrafo único - Fica resguardado o direito ao empregado que desejar, retornar às suas atividades laborativas antecipadamente.

15 - ANUÊNIO

A OAB-RJ concederá aos seus empregados admitido até 1º de maio de 2019, o adicional por tempo de serviço (anuênio) de 1% (um por cento) do salário base por ano completo de serviço prestado, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do salário base.

Parágrafo 1º - Esse benefício não integrará o salário do empregado para nenhum efeito trabalhista e será indicado separadamente do salário no documento individual de pagamento.

Parágrafo 2º - Esta cláusula não será aplicável aos empregados da OAB-RJ admitidos a partir de 1º de maio de 2019.

16 - AUXÍLIO-CRECHE/ PRÉ-ESCOLAR/ ESCOLAR

A OAB-RJ continuará a garantir a extensão do auxílio-creche, pré-escolar e escolar para os filhos de seus empregados até o final do ano letivo em que a criança completar 06 (seis) anos de idade, com o teto de 01 (um) salário mínimo nacional e mediante a comprovação da despesa do recibo de escola reconhecida oficialmente pela Secretaria de Educação. Em caso de os pais serem empregados da OAB-RJ, preferencialmente a mãe receberá o referido benefício.

Parágrafo 1º - A OAB-RJ concederá auxílio-creche/pré-escolar/escolar aos dependentes excepcionais ou deficientes físicos que exijam cuidados permanentes, sem limite de idade, desde que tal condição seja comprovada com atestado médico, com o teto de 01 (um) salário mínimo nacional e mediante a comprovação da despesa do recibo de escola reconhecida oficialmente pela Secretaria de Educação. Em caso de os pais serem empregados da OAB-RJ, preferencialmente a mãe receberá o referido benefício.

Parágrafo 2º - As partes acordantes reconhecem que o benefício previsto nesta cláusula não possui natureza salarial, não integrando o salário do empregado para quaisquer fins.

17 - PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

A OAB-RJ se compromete a **realizar estudo e envidará esforço para implantação de enquadramento funcional e ocupacional em um Plano de Caros e Salários**

18 - FÉRIAS

A OAB-RJ poderá programar até 30 (trinta) dias de férias coletivas, que serão abrangidas entre os dias 19 de dezembro de 2019 a 20 de janeiro de 2020..

19 - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Em caso de substituição de chefia, que não tenha caráter meramente eventual, não inferior a 10 (dez) dias, o empregado substituto terá garantido o pagamento do valor da gratificação pela OAB-RJ ao substituído, de acordo com a Súmula nº 159 do TST.

20 - APRIMORAMENTO PROFISSIONAL

A OAB-RJ proporcionará cursos de aprimoramento profissional, a serem encaminhados a todos os servidores, dentro das possibilidades orçamentárias, bem como os convênios apresentados pelo SINSAFISPRO.

21- HOMOLOGAÇÕES

Todas as ocorrências de demissões de servidores com mais de 12 (doze) meses de serviço continuarão a ser homologadas na sede do SINSAFISPRO.

22 - SAÚDE DO TRABALHADOR

A OAB-RJ promoverá gestões visando a contratar uma empresa especializada para realizar um levantamento das necessidades de adotar normas de Segurança e de Medicina do Trabalho, com o intuito de proteger os servidores de possíveis doenças e acidentes.

Parágrafo 1º - A OAB-RJ constituirá a CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, garantindo a sua implantação de imediato.

Parágrafo 2º - A OAB-RJ se compromete a realizar levantamento para diagnosticar possíveis situações insalubres e/ou perigosas no ambiente de trabalho, bem como empreender estudos para implantar brigada de incêndio nos moldes do Programa de Prevenção de Riscos de Acidentes.

Parágrafo 3º - A OAB-RJ deverá notificar ao SINSAFISPRO todos os casos de afastamento por motivo de saúde. Nos casos de acidentes de trabalho, deverá a OAB-RJ enviar ao SINSAFISPRO a cópia da Comunicação de Acidente de Trabalho após a sua emissão e os relatórios periódicos emitidos pela empresa responsável pelos estudos de impacto ambiental da OAB-RJ.

23 - LIBERAÇÃO DE REUNIÃO

O SINSAFISPRO solicitará o uso do auditório para as reuniões sindicais com os **empregados** da OAB-RJ, com antecedência, conforme o já praticado, desde que haja disponibilidade para uso da dependência pretendida.

24 - QUADRO DE AVISOS

A OAB-RJ autorizará a colocação de comunicados do SINSAFISPRO em seus Quadros de Avisos, sob prévia apresentação à Direção da OAB-RJ.

25- ENTRADA DE DIRIGENTES SINDICAIS NOS CONSELHOS

Sempre que se fizer necessário, os representantes do SINSAFISPRO terão livre acesso aos locais de trabalho para distribuição de boletins, convocatórias e para efetuar sindicalizações.

26 - ESTABILIDADE SINDICAL

A OAB-RJ reconhece a estabilidade sindical prevista na legislação em vigor, garantindo aos seus servidores que forem eleitos para cargos de Direção do SINSAFISPRO, inclusive Conselho Fiscal e Representante Sindical, efetivos ou suplentes, até 01 (um ano) após o final do mandato classista, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

27 - DESCONTOS E REPASSES

A OAB-RJ, na forma da legislação vigente, efetuará o desconto em folha de pagamento de seus servidores e os repassará ao SINSAFISPRO e/ou COOPFISPRO (Cooperativa de Economia e de Crédito Mútuo da categoria), em até 72 (setenta e duas) horas após a entrega do comprovante de pagamento dos salários, desde que devidamente autorizado por escrito pelo servidor e previamente solicitado pelo SINSAFISPRO e/ou COOPFISPRO. Os descontos e repasses deverão ser comunicados através de relação nominal com seus valores individualmente descontados.

28- ACEITABILIDADE DE INCLUSÃO NA OAB-PREVI

A OAB-RJ e o SINSAFISPRO estimularão o ingresso dos servidores que desejarem participar do Plano de Previdência Privada da OAB-RJ.

29- TAXA ASSISTENCIAL

A OAB-RJ praticará desconto assistencial de 1% (um por cento) nos salários de todos os servidores, sindicalizados ou não, de uma só vez, no mês subsequente ao da assinatura do presente Acordo, em favor do SINSAFISPRO.

Parágrafo 1º - Fica resguardado o direito de oferecer oposição pessoal ao referido desconto por escrito na sede do SINSAFISPRO, para os servidores que trabalhem na sede da OAB-RJ. Para os servidores que trabalham fora da sede, estes e somente estes, poderão encaminhar a recusa também por via postal com AR endereçado à sede do Sinsafispro, em até 5 dias corridos a contar da data de assinatura do presente acordo coletivo de trabalho. O SINSAFISPRO remeterá comunicado ao Departamento de Pessoal da OAB-RJ para as devidas providências.

Parágrafo 2º - Para os servidores de licença médica ou férias, o prazo para recusa será computado a partir do seu retorno ao trabalho.

30 - AÇÃO DE CUMPRIMENTO E COMPETÊNCIA

O SINSAFISPRO é competente para propor, em nome da categoria, ação de cumprimento em qualquer jurisdição, em relação às cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho, conforme o disposto no capítulo II, do artigo 8º, da Constituição Federal.

31 - CONTINUIDADE DAS NEGOCIAÇÕES

A Comissão de Negociação, formada por representantes da OAB-RJ e do SINSAFISPRO, se reunirá sempre que necessário, durante a vigência deste Acordo, em data a ser acertada entre as partes, para tratar dos seguintes itens:

Parágrafo 1º - Acompanhamento de cláusulas com prazo para sua implantação;

Parágrafo 2º - Fiscalização do cumprimento do presente Acordo.

32 – VIGÊNCIA DO ACT

O presente ACT vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 1º de maio de 2019 até 30 de abril de 2020.